

## O Impacto da Dislexia no Desenvolvimento de Competências Socioemocionais em Crianças no Ensino Fundamental I (Anos Iniciais)

*The Impact Of Dyslexia On The Development Of Socio-Emotional Skills In Elementary School Children (Early Years)*

*El impacto de la dislexia en el desarrollo de las habilidades socioemocionales en niños de primaria (primera infancia)*

Lorena Barbosa Alcântara <sup>1</sup>

Nadja Carolina de Sousa Pinheiro<sup>2</sup>

Maria Sandra Santos Carvalho<sup>3</sup>

Sara Valadares Barbosa<sup>4</sup>

Aurielly dos Santos Gomes<sup>5</sup>

DOI 10.70678/sala8.v1i10.1632

Artigo científico

Linha de pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores.

### RESUMO

A dislexia, definida como um transtorno específico de aprendizagem de base neurológica, compromete a leitura, escrita e soletração, afetando também aspectos socioemocionais e sociais. Objetivando compreender as implicações da dislexia no desenvolvimento humano e no processo de aprendizagem, este estudo analisou as publicações na área identificando suas causas, características e impactos

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Piauí, graduanda em Psicologia, lorennabarbosaa@aluno.uespi.br

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Piauí - UESPI, doutora, Psicologia, najjacarolina@ccs.uespi.br

<sup>3</sup>Universidade Estadual do Piauí, graduanda em psicologia, mariasandrasc@aluno.uespi.br

<sup>4</sup>Universidade Estadual do Piauí, graduanda em psicologia, sarapv@aluno.uespi.br

<sup>5</sup>Universidade Estadual do Piauí, especialista em Psicologia Escolar e Educacional, auriesdocs@gmail.com

socioemocionais. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa de literatura das publicações dos últimos dez anos nas bases CAPES, SciELO, BVS. Os resultados apontam que a dislexia está relacionada a fatores genéticos e neurológicos, refletindo em dificuldades acadêmicas, ansiedade, insegurança e prejuízos nas relações sociais. Além disso, observou-se a necessidade de atuação interdisciplinar, sobretudo do psicólogo escolar, no processo inclusivo. Conclui-se que, embora os avanços legais e educacionais existam, ainda persistem lacunas no suporte oferecido, reforçando a importância de estratégias pedagógicas adaptativas e maior sensibilidade às necessidades emocionais das crianças disléxicas.

**Palavras-chave:** Dislexia; Desenvolvimento Humano; Inclusão Escolar.

## ABSTRACT

Dyslexia, defined as a specific neurologically based learning disorder, impairs reading, writing, and spelling, also affecting socioemotional and social aspects. This study aimed to understand the implications of dyslexia on human development and the learning process, analyzing its causes, characteristics, and emotional impacts. An integrative literature review was conducted, searching scientific databases (CAPES, SciELO, BVS), considering publications from the last ten years. The results indicate that dyslexia is related to genetic and neurological factors, resulting in academic difficulties, anxiety, insecurity, and impaired social relationships. Furthermore, the need for interdisciplinary work, especially by school psychologists, in the inclusive process was observed. The conclusion is that, although legal and educational advances have been made, gaps in the support offered persist, reinforcing the importance of adaptive pedagogical strategies and greater sensitivity to the emotional needs of dyslexic children.

**Keywords:** Dyslexia; Human Development; School Inclusion.

## RESUMEN

La dislexia, definida como un trastorno del aprendizaje de base neurológica, afecta la lectura, la escritura y la ortografía, afectando también los aspectos socioemocionales y sociales. Este estudio tuvo como objetivo comprender las implicaciones de la dislexia en el desarrollo humano y el proceso de aprendizaje, analizando sus causas, características e impactos emocionales. Se realizó una revisión bibliográfica integradora, buscando en bases de datos científicas (CAPES, SciELO, BVS), considerando publicaciones de los últimos diez años. Los resultados indican que la dislexia está relacionada con factores genéticos y neurológicos, resultando en dificultades académicas, ansiedad, inseguridad y deterioro de las relaciones sociales. Además, se observó la necesidad de trabajo interdisciplinario, especialmente por parte de psicólogos escolares, en el proceso inclusivo. La conclusión es que, si bien se han logrado avances legales y educativos, persisten brechas en el apoyo ofrecido, lo que refuerza la importancia de estrategias pedagógicas adaptativas y una mayor sensibilidad a las necesidades emocionales de los niños disléxicos.

**Palabras clave:** Dislexia. Desarrollo Humano. Inclusión Escolar.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar da CID 11 ter sido lançada em 2019 a Nota Técnica 91/2024 prevê o início da utilização da CID-11 no Brasil para janeiro de 2027, em virtude das etapas de atualização dos sistemas de informação e a capacitação dos usuários e publicização dos

documentos gerados por este trabalho.

A CID 11 traz o conceito de Transtorno do desenvolvimento da aprendizagem com comprometimento da leitura, um transtorno caracterizado por dificuldades significativas e persistentes na aprendizagem de habilidades acadêmicas relacionadas à leitura: precisão de leitura de palavras, fluência de leitura, e compreensão de leitura. O desempenho do indivíduo na leitura é marcadamente inferior ao esperado para a idade cronológica e o nível de funcionalidade intelectual, e resulta em comprometimento significativo na funcionalidade acadêmica ou ocupacional do indivíduo (lembrando que precisamos considerar o contexto de desenvolvimento vivenciado pelo sujeito para realizar esta análise).

Enquanto diagnóstico diferencial o transtorno do desenvolvimento da aprendizagem com comprometimento da leitura não se deve a um transtorno do desenvolvimento intelectual, deficiência sensorial (visão ou audição), transtorno neurológico, indisponibilidade de educação, falta de proficiência na língua de instrução acadêmica ou adversidade psicossocial.

Apesar da adoção da CID 11 estar prevista para 2027 temos adotado esta definição para o transtorno que comumente chamado de Dislexia. Segundo a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), a dislexia pode ser definida como um distúrbio ou transtorno do aprendizado da linguagem, sendo uma alteração da compreensão da leitura, escrita, soletração, comunicação expressiva e receptiva.

Podemos dividir a origem da Dislexia em dois grupos: a adquirida por lesão cerebral, no qual o leitor proficiente perde a sua habilidade de extrair o significado em informações escritas, e a do desenvolvimento, presente desde os primeiros anos escolares, persistindo até a vida adulta (MOOJEN; BASSÔA; GONÇALVES, 2016).

Torres e Fernández (2001) agrupam a dislexia ainda em dois grupos: comportamental e escolar. No nível comportamental considera-se que as dificuldades apresentadas por estas crianças podem ser responsáveis por insegurança, ansiedade, desinteresse pelo estudo e desatenção. Enquanto as características escolares estão correlacionadas a um ritmo de leitura lento, leitura parcial de palavras, perda da linha que está a ser lida, confusão na ordem das letras, inversões de palavras ou letras, substituição de palavras, repetições, hesitações e correções constantes, confusões

quanto à ordem das letras e sons semelhantes.

O interesse pela discussão e investigação da dislexia tem crescido consideravelmente, haja vista que tal transtorno afeta um dos maiores instrumentos culturais que oferece acesso ao desenvolvimento de outras capacidades: a leitura. Logo, pode-se concluir que a dislexia do desenvolvimento acarreta complicações tanto no plano afetivo quanto social.

Embora acredite-se que a dislexia do desenvolvimento seja resultante de condições socioeconômicas, comprometimentos cognitivos, desmotivação ou até mesmo problemas no processo de alfabetização e letramento, é importante frisar que trata-se de uma condição hereditária, produzindo, ainda, alterações no padrão neurológico. (BONINI; MARI; ANJOS; JOVELIANO; TEIXEIRA, 2010).

Como evidência disso, Wajnsztein (2010) afirma que a história familiar é um dos fatores de risco mais presentes, tendo em vista que 23 a 65% das crianças com pais disléxicos apresentam o distúrbio. As crianças com dislexia tendem a enfrentar muitas frustrações. Cometem erros básicos tanto na leitura como na escrita o que tende a criar dificuldades em suas relações sociais (SILVA, 2020).

O presente estudo objetiva identificar como a Dislexia impacta no desenvolvimento das competências socioemocionais a partir: da identificação dos possíveis problemas socioemocionais apresentados por criança com dislexia; da compreensão das implicações desses problemas no processo de aprendizagem e conseqüentemente no desenvolvimento das competências socioemocionais; avaliação do impacto com as possíveis causas envolvidas no transtorno.

Ao fazê-lo espera-se compreender a dinâmica desses problemas socioemocionais sem que haja generalizações, bem como identificar as principais dificuldades que as crianças disléxicas possuem em digerir suas emoções e sentimentos no que tange o contexto escolar.

### **Desenvolvimento Humano**

O campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas. Os

cientistas do desenvolvimento (ou desenvolvimentistas) – indivíduos empenhados no estudo profissional do desenvolvimento humano – observam os aspectos em que as pessoas se transformam desde a concepção até a maturidade, bem como as características que permanecem razoavelmente estáveis. (PAPALIA,2013).

Assim, o desenvolvimento humano representa, conforme Dessen e Costa Júnior (2008), uma constante reorganização inserida nos limites de determinado espaço-tempo que ocorre na efetivação de atitudes, percepções e interações com diferentes sujeitos. Ressalta-se, conforme os autores, que o desenvolvimento pode ser estimulado ou inibido conforme essas vivências em seu ambiente. No entanto, tais articulações e relações estão em contínua alteração, como consequência dos fatos e do próprio tempo. (Moura e Pereira, 2017 - Desenvolvimento Humano – repensando conceitos no âmbito interdisciplinar).

Assim, a Psicologia do Desenvolvimento é compreendida como um conjunto de teorias que podem ser aplicadas a diversos contextos e práticas profissionais, e cuja constituição não se apresenta como matéria de investigação dos pesquisadores. (Barros e Coutinho, 2020) Dessa forma, baseado em Vygotsky (2003), pode-se compreender que o ser humano se desenvolve a partir de suas relações e interações com o meio social. Essa interação possibilita o desenvolvimento do ser humano, possibilitando que ele modifique o meio. (Rosa e Goi, 2024).

São oito períodos geralmente aceitos nas sociedades industriais ocidentais. Depois de descrever as mudanças cruciais que ocorrem no primeiro período, antes do nascimento, traçamos todos os três domínios do desenvolvimento na primeira infância, segunda infância, terceira infância, adolescência, início da vida adulta, vida adulta intermediária e vida adulta tardia (PAPALIA, 2013).

Papalia e Feldman (2013), por sua vez, apontam três principais domínios do desenvolvimento humano: o físico, o cognitivo e o psicossocial.

- O desenvolvimento físico: se relaciona ao crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde;
- O desenvolvimento cognitivo: Relaciona-se a aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade;
- O desenvolvimento psicossocial: se relaciona com as emoções, personalidade

e relações sociais.

Estes processos de desenvolvimento podem acontecer de maneira regular, definido como desenvolvimento típico, ou com diferentes níveis de problemas adaptativos, definido como desenvolvimento atípico. É importante considerar nesta análise que existem diferenças individuais, mas que existem demandas que relacionam autonomia e dependência, ao longo da vida, que vão caracterizar um desenvolvimento como típico ou atípico. Segundo Papalia e Feldman (2013) quanto mais adequadas forem estas circunstâncias, melhores serão as chances de um ótimo desenvolvimento.

Piaget mostrou através da observação de seus próprios filhos, que do nascimento até o aparecimento da linguagem, há um extraordinário desenvolvimento da inteligência na criança, pois a princípio a vida mental do recém-nascido se reduz ao exercício de aparelhos reflexos que com o tempo se transformam em hábitos, pontos de partida para a ajuda de novas condutas, resultantes do auxílio da experiência. Embora os reflexos originem os exercícios, eles acabam incorporando novos elementos, constituindo com eles totalidades organizadas (estruturas) mais amplas.

Tais estruturas são as formas de organização do pensamento, que ocorrem, segundo o estudioso, sob um duplo aspecto: motor ou intelectual, por um lado e afetivo, por outro, com duas dimensões: a individual e a social. Foi dessa forma que estabeleceu os seis estágios de desenvolvimento, descritos no livro *Seis Estudos de Psicologia*, marcando o aparecimento das estruturas mentais que vão se construindo sucessivamente.

O primeiro estágio dos reflexos, o segundo dos hábitos motores e das primeiras percepções organizadas, o terceiro da inteligência sensório motora. Todos eles surgem antes do desenvolvimento da linguagem e do pensamento e são nítidos desde o nascimento até por volta de dois anos. O quarto estágio é o da inteligência intuitiva e vai até por volta dos sete anos. O quinto é o das operações intelectuais concretas que ocorre entre sete e dez anos e o sexto o das operações intelectuais abstratas, ou seja, o período da adolescência. Cada estágio caracteriza-se pelo aparecimento de estruturas originais, que diferem das anteriores. Cada uma serve de base para a construção das posteriores. (CARNEIRO, 2020).

Embora Skinner não tenha elaborado uma obra que tratasse especificamente a

respeito do desenvolvimento humano, Bettio e Laurenti (2016) em uma revisão dos escritos skinnerianos como objetivo de identificar as contribuições desse autor para o desenvolvimento, mostraram que Skinner abordou o tema ao longo de toda a sua obra. Skinner entendia que o desenvolvimento, ou as mudanças que ocorrem no curso de vida de um indivíduo, resultam da interação entre variáveis biológicas, ontogenéticas e culturais. O Autor considerava os determinantes biológicos do comportamento, contudo atrelava o desenvolvimento a mudanças nas contingências ontogenéticas e culturais (BETTIO; LAURENTI, 2016). Essa forma de conceber o desenvolvimento contempla conceitos fundamentais da teoria analítico comportamental, como o próprio conceito de comportamento e o de aprendizagem. Esse pode ser um dos motivos pelos quais Skinner não se dedicou exclusivamente ao estudo do desenvolvimento humano, pois, aparentemente, os princípios de aprendizagem parecem dar conta de explicar as mudanças que ocorrem no curso de vida não só de um único indivíduo, mas de um grupo de pessoas expostas às mesmas contingências sociais, por exemplo.

Nas palavras de Oliveira; Sousa; Gil (2009, p. 388): “o desenvolvimento decorre do impacto das interações organismo-ambiente na probabilidade de ocorrência de interações futuras”. Isto é, à medida em que o ser humano interage com seu ambiente físico e social, seu repertório comportamental é estabelecido, mantido ou modificado ao longo do tempo, em decorrência das relações únicas entre organismo e ambiente (BETTIO; LAURENTI, 2016).

Tendo um posicionamento baseado na seleção por consequência em três níveis – filogenético, ontogenético e cultural (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 2009) a Análise do Comportamento considera a importância da maturação e sua influência filogenética no desenvolvimento humano, mas a entende sempre em interação com o ambiente. Alguns comportamentos não ocorrem até que haja um nível de desenvolvimento biológico compatível, porém, a partir do momento que esse comportamento é biologicamente possível, ele é afetado pelas suas consequências, e a sua emissão pode ter efeitos também sobre a maturação em si. Além disso, a maturação pode depender de algumas condições ambientais. Os seres humanos têm uma predisposição para se desenvolver de uma determinada forma, porém, a depender do ambiente, o desenvolvimento pode se dar de uma maneira distinta da prevista (OLIVEIRA; SOUSA;

GIL, 2009).

Leontiev (2004) nos chama atenção para a forma como os homens obtiveram sua evolução, a) não foi somente por sua herança biológica; e b) as mudanças ocorridas biologicamente não determinam o desenvolvimento sócio-histórico da humanidade. Essa evolução se dá através da produção material e intelectual. A partir do trabalho o homem se diferencia dos animais e exprime uma forma particular de fixação e de transmissão das aquisições evolutivas para as futuras gerações. Da produção material e intelectual do trabalho que o homem incorpora e sistematiza todos os conhecimentos que estão disponibilizados atualmente, e é a partir desses conhecimentos disponibilizados que temos a possibilidade para a criação de novas ideias e novas aprendizagens.

Temos assim o conceito de Educação na sua forma mais ampla: apropriação da cultura elaborada e sistematizada pelas gerações passadas e que não são transmitidas por fatores biológicos. Aprendemos a ser humanos, ou seja, não basta ter acesso à natureza, é necessário ter acesso a todo processo histórico-social produzido pelo homem e esse movimento pode ser chamado de processo educativo. Essa é a função social que a Educação cumpre em todas as sociedades.

Com a Revolução Industrial nasce o ensino tradicional, que é implantado em várias redes de ensino nacionais, pautado no método pedagógico expositivo e que auxiliou a ascensão da sociedade burguesa. A escola passa a ser a redentora da humanidade (será que é?), universal, gratuita e obrigatória, um instrumento para a consolidação da democracia: a escola enquanto um aparelho ideológico. Neste sentido é possível visualizar os avanços e as limitações da liberdade e da igualdade no capitalismo.

O discurso da liberdade e igualdade soa deslumbrante, fraterno e quase que altruísta, entretanto, com a evolução do modo de produção capitalista, o ideal político das massas entra em contradição com os interesses da própria burguesia. A partir do momento em que a burguesia se consolida no poder, seus interesses não se relacionam mais à transformação da sociedade, mas sim, a manutenção do status quo; “para a burguesia defender seus interesses, ela não tem outra saída senão negar a história, passando a reagir contra o movimento da história” (SAVIANI, 2021, p. 33).

Com a criação da Lei 9.394/96, que homologou a LDB, procurou-se normatizar o

sistema educacional, viabilizando, de certa forma, o acesso à educação para todos. Essa lei tem oferecido um conjunto de definições políticas que vem orientando e introduzindo mudanças significativas na educação básica do Brasil.

O Sistema Educacional do Brasil encontra-se organizado em partes distintas, sendo cada uma responsável pela organização, elaboração, funcionamento e execução de políticas educacionais que almejam o avanço científico e cultural. Esse sistema é organizado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, cabendo a cada esfera prescrever normativas com o intuito de realizar suas metas lançadas em prol do desenvolvimento.

Dentre outras leis que regem o sistema educacional brasileiro, a LDB é a que estabelece diretrizes que visam disciplinar a educação escolar. Segundo o artigo 21, incisos I e II, da LDB, a educação escolar encontra-se assim definida:

1. Educação básica, composta pelas etapas Infantil, Fundamental e Médio que tem como finalidade, proporcionar ao educando a formação para o exercício pleno da cidadania e progressão para trabalho e estudos posteriores;
2. Superior, que tem por finalidade a formação em áreas distintas de conhecimento, estimulando e desenvolvendo a cultura, o espírito científico e o pensamento crítico e reflexivo.

Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da educação básica oferecida às crianças de 0 a 3 anos de idade em creches e de 4 a 5 anos nas pré-escolas, e por representar o alicerce ou a fortaleza da educação, objetiva o desenvolvimento nos aspectos físico, intelectual e social da criança, complementando as ações da família e da comunidade. (Art. 29 da LDB).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, define como carga horária anual mínima para a Educação Básica, 800 (oitocentas) horas, distribuídas por 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. O cumprimento da legislação emedebista é imprescindível ao desenvolvimento do indivíduo e para a aquisição dos conhecimentos básicos necessários ao progresso social e a formação cidadã.

### **Alfabetização e Letramento**

O Indicador de Alfabetismo Funcional (BRASIL, 2018) dividiu a população nos seguintes níveis:

**não alfabetizado:** condição daquele que não consegue realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.);

**rudimentar:** localiza uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples (calendários, tabelas simples, cartazes informativos) compostos de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano doméstico; compara, lê e escreve números familiares (horários, preços, cédulas/moedas, telefone), identificando o maior e o menor valor; resolve problemas simples do cotidiano, envolvendo operações matemáticas elementares (com ou sem uso da calculadora) ou estabelecendo relações entre grandezas e unidades de medida; reconhece sinais de pontuação (vírgula, exclamação, interrogação etc.) pelo nome ou função;

**elementar:** seleciona uma ou mais unidades de informação, observando certas condições, em textos diversos de extensão média, realizando pequenas inferências; resolve problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo nível de planejamento e controle (total de uma compra, troco, valor de prestações sem juros); compara ou relaciona informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples, envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social; reconhece o significado de representação gráfica de direção e sentido de uma grandeza (valores negativos, valores anteriores ou abaixo daquele tomado como referência);

**intermediário:** localiza informações expressas de forma literal em textos diversos (jornalístico e científico), realizando pequenas inferências; resolve problemas envolvendo operações matemáticas mais complexas (cálculo de porcentagens e proporções) da ordem dos milhões, que exigem critérios de seleção de informações, elaboração e controle em situações diversas (valor total de compras, cálculos de juros simples, medidas de área e escalas); interpreta e elabora síntese de textos diversos (narrativos, jornalísticos e científicos), relacionando regras com casos particulares a partir do reconhecimento de evidências e argumentos, confrontando a moral da história com sua própria opinião ou senso comum; reconhece o efeito de sentido ou estético de escolhas lexicais ou sintáticas, de figuras de linguagem ou sinais de pontuação;

**proficiente:** elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição,

exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto; interpreta tabelas e gráficos que envolvem mais de duas variáveis, compreendendo elementos que caracterizam certos modos de representação de informação quantitativa (escolha do intervalo, escala, sistema de medidas ou padrões de comparação); reconhece efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projecções); resolve situações-problema relativas a tarefas de contextos diversos, que abrangem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração e exigem retomada de resultados parciais e uso de inferências (BRASIL, 2018).

O conceito de alfabetização é amplo e abrange diversas teorias e técnicas. Em um país como o Brasil, estudar a alfabetização é um dever (MORTATTI, 2011, p. 6).

Para Mortatti, a alfabetização é vista como um instrumento privilegiado de aquisição de conhecimento que promove desenvolvimento social (MORTATTI, 2011). Ser alfabetizado se torna um privilégio no que se refere ao saber na sociedade moderna e ao seu desenvolvimento e avanço.

Porém a alfabetização não se limita apenas ao ensino de leitura e escrita ou aprender a ler e escrever. Ser alfabetizado vai além de conhecer o código linguístico, saber as letras do alfabeto ou até ler e escrever algumas palavras (MORTATI, 2011).

A leitura e a escrita não podem ser reduzidas a um processo de codificação e decodificação simplesmente pois se configuram em importante mecanismo político de autonomia e cidadania. O conceito de letramento é uma concepção recente que, a princípio, parece ser distinta da alfabetização, mas são indissociáveis.

O letramento se relaciona com os usos efetivos da escrita em atividades de leitura e escrita de textos em contextos diversos, ou seja, ele amplia o conceito de alfabetização e torna o seu uso mais social e útil para a vida cotidiana. Ele corresponde um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e tecnologia em contextos específicos e para objetivos específicos. O letramento leva ao desenvolvimento do pensamento abstrato, categorização taxionômica, memória, raciocínio lógico e conhecimento reflexivo sobre a linguagem.

Portanto são conceitos importantíssimos quando estudamos a Dislexia e analisamos o impacto da mesma no desenvolvimento do sujeito, principalmente em contexto de escolarização e considerando o desenvolvimento de competências que são

essenciais para o sucesso escolar. Tanto que a Base Nacional Comum Curricular trabalha 10 competências socioemocionais e suas relações com a aprendizagem.

### Competências socioemocionais

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, documento governamental aprovado em 22 de dezembro de 2017, o CNE apresenta a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui, orienta e destaca a afetividade nas relações e a convivência como aspectos importantes para a aprendizagem.

No que se refere ao conceito de competências, a BNCC enfatiza que:

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

Na BNCC, as competências socioemocionais estão presentes em todas as dez competências gerais. Portanto, no Brasil, até 2020, todas as escolas deveriam contemplar as competências em seus currículos:

1. Conhecimento;
2. Pensamento científico, crítico e criativo;
3. Repertório cultural;
4. Comunicação;
5. Cultura digital;
6. Trabalho e projeto de vida;
7. Argumentação;
8. Autoconhecimento e autocuidado;
9. Empatia e cooperação;
10. Responsabilidade e cidadania.

A partir dessa discussão apresentamos a análise desenvolvida neste trabalho e nossas considerações.

### 3: METODOLOGIA

**3.1. A pesquisa é de Abordagem Qualitativa do Tipo Revisão Integrativa de Literatura.**

**3.2. Local e Amostra:**

**Local:** bases de dados Portal Capes de Periódicos, Diretório de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde e na SciELO.

**Amostra:** Participaram da amostra as pesquisas acerca da atuação do psicólogo escolar no processo de inclusão de alunos com superdotação/altas habilidades à luz da psicologia a partir dos seguintes descritores: : dislexia, crianças, consequências socioemocionais, psicologia e educação, individuais e truncados. A partir dos resultados preliminares foram organizados descritores que foram identificados na primeira etapa de busca.

**3.3. Critérios de inclusão,** foram consideradas pesquisas (artigos, dissertações e teses) publicadas nos últimos 10 anos (período relativo a publicação dos principais dispositivos legais da área), autores considerados consagrados na área, artigos revisados por pares.

**3.4. Critérios de exclusão:** publicações repetidas (exclusão da revista de menor indexação) e/ou dados não conclusivos sobre o tema.

**3.5. Procedimento de Coleta de Dados:**

O procedimento de coleta de dados se deu em 3 etapas:

Foram coletados documentos acerca da temática na seguinte sequência

1. Protocolos da área acerca da Dislexia enquanto Transtorno do Neurodesenvolvimento;
2. Legislações sobre da Dislexia enquanto Transtorno do Neurodesenvolvimento no contexto da Saúde e Educação;
3. Pesquisas da área que apresentem intervenções em crianças com dislexia;

### 3.6. Procedimento de Análise de Dados

Após a seleção o material foi analisado e compilado em pontos chave considerando as respostas aos objetivos delineados através da análise descritiva dos dados. Para tal finalidade foi elaborado um protocolo contendo os objetivos do presente trabalho e a análise seguiu fornecendo as informações necessárias para respondê-los.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

O governo federal, através do Ministério da Educação, vem buscando ao longo dos anos um aprimoramento no sistema de ensino público do Brasil. Alguns pequenos avanços alcançados, mas que se mostraram pouco efetivos no que se diz respeito a qualificação do ensino e da aprendizagem.

O que se sente tanto nas esferas nacional, como na estadual (como veremos adiante) é uma transferência de responsabilidades para o professor, como se fosse este o único elemento responsável pela geração de índices contestáveis mais elevados no que se refere a qualidade. O que temos de mais eficaz até o momento é a legislação, como não poderia deixar de ser, sendo o Brasil o “país das leis”.

A Carta Magna, em seu artigo 205, afirma: “a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, (...) visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Entre os princípios do ensino, o artigo 206, destaca: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade”. Assegura, também, em seu artigo 208, inciso III, que: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. É importante destacar os §§ 1º e 2º do referido artigo que definem: “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e o não oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades;

assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (artigo 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (artigo 37).

O Plano Nacional de Educação, PNE, aprovado pela lei 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Enquanto transtorno específico de aprendizagem, de origem neurológica, a Dislexia acomete pessoas de todas as origens e nível intelectual e caracteriza-se por dificuldade na precisão (e/ou fluência) no reconhecimento de palavras e baixa capacidade de decodificação e de soletração. Essas dificuldades são resultado de déficit

no processamento fonológico, que normalmente está abaixo do esperado em relação a outras habilidades cognitivas. Problemas na compreensão e reduzida experiência de leitura normalmente são as consequências secundárias desse transtorno.

As causas exatas da dislexia ainda não estão completamente claras, porém estudos com neuroimagem demonstram que há diferenças no desenvolvimento e funcionamento cerebral. Também há forte indicativo de componente genético, uma vez que os estudos clínicos indicam que mais de 50% das crianças com dislexia têm pais e irmãos com o mesmo transtorno. Assim sendo, a presença de pai ou irmão com dislexia aumenta a probabilidade de ocorrência do transtorno.

Quanto à prevalência, essa é variada, já que os índices são dependentes da definição e dos critérios diagnósticos adotados. Entretanto, calcula-se que entre 3% a 10% dos escolares têm o transtorno.

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5, a dislexia está inserida dentro de uma categoria mais ampla, denominada de "Transtornos do Neurodesenvolvimento", sendo referida como "Transtorno Específico de Aprendizagem". Segundo o manual, o seu diagnóstico requer a identificação de pelo menos um dos seguintes sintomas:

1. Leitura de palavras é feita de forma imprecisa ou lenta, demandando muito esforço. A criança pode, por exemplo, ler palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta (ou lenta e hesitante); frequentemente, tenta adivinhar as palavras e tem dificuldade para soletrá-las;

2. Dificuldade para compreender o sentido do que é lido. Pode realizar leitura com precisão, porém não compreende a sequência, as relações, as inferências ou os sentidos mais profundos do que é lido;

3. Dificuldade na ortografia, sendo identificado, por exemplo, adição, omissão ou substituição de vogais e/ou consoantes;

4. Dificuldade com a expressão escrita, podendo ser identificados múltiplos erros de gramática ou pontuação nas frases; emprego ou organização inadequada de parágrafos; expressão escrita das ideias sem clareza.

Entretanto, a simples presença de um ou mais sintomas não significa que a criança tenha dislexia, uma vez que estes podem ser decorrentes de fatores variados, o que inclui: deficiência (intelectual e sensorial, por exemplo), síndromes neurológicas diversas, transtornos psiquiátricos, problemas emocionais e fatores de ordem socioambiental (pedagógico, por exemplo).

Nesse sentido, o manual (DSM-5) considera que, além dos sintomas mencionados, se deve levar em consideração os seguintes critérios:

- Persistência da dificuldade por pelo menos 6 meses (apesar de intervenção dirigida);
- Habilidades acadêmicas substancial e qualitativamente abaixo do esperado para a idade cronológica (confirmado por testes individuais e avaliação clínica abrangente);
- As dificuldades iniciam-se durante os anos escolares, mas podem não se manifestar completamente até que as exigências acadêmicas excedam a capacidade limitada do indivíduo, como, por exemplo: baixo desempenho em testes cronometrados; leitura ou escrita de textos complexos ou mais longos e com prazo curto; alta sobrecarga de exigências acadêmicas;
- As dificuldades não são explicadas por deficiências, transtornos neurológicos, adversidade psicossocial, instrução acadêmica inadequada ou falta de proficiência na língua de instrução acadêmica.

Caracteristicamente, os fatores de risco para dislexia são observados ainda na fase precoce, quando se observa dificuldade na consciência fonológica, na fala (algumas vezes) e, posteriormente, no reconhecimento das letras. Mais tarde, a dificuldade na decodificação de palavras pode comprometer outros aspectos relacionados à leitura (soletração e fluência), expressão escrita e, em parte dos casos, à matemática.

Em relação a esta última habilidade, estudos demonstram que pode haver associação entre déficit do processamento e da consciência fonológica com defasagem na aritmética. O mau rendimento em matemática parece não ser tão evidente na fase inicial da alfabetização, porém, com o tempo esse tende a se agravar. Assim,

adolescentes com dislexia podem apresentar dificuldades em conceitos matemáticos básicos que não seriam esperados para sua idade e etapa de ensino.

Destaca-se que as alterações acadêmicas são os sintomas mais evidentes e, portanto, facilmente identificadas por pais e professores. Porém, há que se atentar também para outros aspectos que costumam afetar crianças com dislexia, dentre os quais merecem ser mencionados: comprometimento da linguagem, sintomas de desatenção, dificuldade de coordenação motora, prejuízo das funções executivas e comorbidades psiquiátricas (como depressão, ansiedade e transtornos disruptivos).

Depreende-se, então, que embora o problema de base da dislexia seja a leitura e a escrita, não se pode perder de vista que habilidades cognitivas, acadêmicas e problemas de ordem psicossocial podem estar comprometidos e, portanto, é importante que sejam valorizadas e avaliadas, já que podem interferir no desempenho global da criança.

Portanto podemos identificar enquanto principais problemas apresentados por pessoas com Dislexia: comprometimentos nas habilidades cognitivas (que envolvem a aquisição e desenvolvimento de habilidades de vida diária, relacionamento social, etc), acadêmicas (que comprometem a vivência escolar, promovem o fracasso e dificultam a inserção do aluno em contextos escolares e não escolares) e problemas de ordem psicossocial (associados ao histórico de fracasso e vivência de situações de desamparo).

Considerando as competências socioemocionais previstas na BNCC e a atenção a elas direcionada podemos observar os possíveis impactos que a Dislexia promove no aluno a partir de cada contexto: conhecimento; compromete a codificação da informação e a compreensão da realidade.

Pensamento científico, crítico e criativo; compromete a interpretação do conhecimento e conseqüentemente o desenvolvimento do pensamento científico, dificultando a permanência e progressão no sistema de ensino básico e a inserção no ensino superior.

Repertório cultural: Compromete a ampliação do acesso aos diversos níveis de socialização e a inserção em contextos culturais mais complexos.

**Comunicação:** Compromete a comunicação, interpretação da realidade, capacidade de utilizar a linguagem escrita com eficiência e leva a erros que podem provar sérios problemas de relacionamento.

**Cultura digital:** A cultura digital parece ser a competência menos comprometida uma vez que suas características de comunicação simples, com menos letras e mais códigos, utilização de diversos recursos (vídeos, áudios, imagens, etc) permite à pessoa com Dislexia diversas possibilidades.

**Trabalho e projeto de vida:** Compromete a agilidade, funcionalidade e o desenvolvimento de projetos necessários para o convívio no trabalho e o bom desenvolvimento de sua função laboral.

**Argumentação:** Ao comprometer habilidades cognitivas e de comunicação pode comprometer a capacidade de argumentar ao não conseguir acessar todas as informações.

**Autoconhecimento e autocuidado:** O histórico de fracasso e a vivência do processo de desamparo podem construir uma auto imagem comprometida, levando a pessoa com dislexia a uma percepção negativa de seus problemas em prover cuidado consigo mesma.

**Empatia e cooperação:** A baixa autoestima pode levar a pessoa com dislexia a dificuldade de se perceber importante e capaz. Apesar de empática ela pode não aderir ao trabalho cooperativo por acreditar que não pode contribuir com a tarefa.

**Responsabilidade e cidadania:** Paralelamente a todo o histórico de sofrimento que a pessoa com Dislexia pode vivenciar ela tende a desenvolver um alto nível de auto responsabilização, como estratégia de compensação. Tende a se auto responsabilizar por demandas para além das que são de sua competência, cobrar eficiência acima da média e auto punir-se em contextos nos quais não atinja os altos níveis de sucesso que implica a si mesma.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos estudos da área não relacionarem diretamente os problemas associados à dislexia a comprometimentos no desenvolvimento de competências

socioemocionais uma análise das características apresentadas pela pessoa com dislexia e das competências socioemocionais previstas pela BNCC nos levam a identificar os possíveis impactos que a pessoa disléxica pode sofrer em contextos escolares e não escolares.

Os principais impactos estão associados à dificuldade em se perceber como alguém capaz. As dificuldades apresentadas por pessoas com dislexia comprometem diretamente a aquisição e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a escolarização, a vida em sociedade e o auto sustento. A literatura é vasta em apresentar a importância que a leitura e escrita possuem em nossa sociedade e como o fracasso escolar impacta no sucesso social.

Apontamos para a necessidade de estudos que versem sobre intervenções precoces no processo de desenvolvimento do repertório de leitura e escrita de modo natural, trazendo assim dois importantes processos para a aprendizagem: exposição frequente ao estímulo e exposição prolongada ao estímulo. A alfabetização e letramento precisam ser vistos como processos integrados a todos os cotidianos do sujeito e a todas as idades. Como dizia Vygotsky a escola é o único espaço no qual podemos controlar variáveis que garantirão o sucesso do processo de escolarização uma vez que as famílias apresentam diversas constituições e realidades.

Atualmente a luta é pela implementação da Lei 13.935/2019 que determina a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica. Essa estratégia colabora com o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, alterado pelo Decreto nº 12.773/2025, que instituiu a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) no Brasil. Ele substitui o Decreto nº 7.611/2011, focando na educação transversal, acessibilidade, formação de professores e na criação da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva para garantir o direito à aprendizagem na rede regular. Portanto somente o trabalho conjunto permitirá uma educação realmente inclusiva.

## 6 REFERÊNCIAS

BONINI, F. V. et al. **Problemas emocionais em um adulto com dislexia: um estudo de caso.** Revista Psicopedagogia, v. 27, n. 83, p. 310–322, 2010.

MOOJEN, S. M. P.; BASSÔA, A.; GONÇALVES, H. A. **Características da dislexia de desenvolvimento e sua manifestação na idade adulta.** Revista Psicopedagogia, v. 33, n. 100, p. 50–59, 2016.

PEREIRA, M. D. **Desenvolvimento emocional na educação de alunos disléxicos: desafios para políticas públicas no Brasil.** Revista Thelma, v.22, n.2, p 451-462, 2023.

SILVA, A. C. **Comportamento socioemocional em crianças com dislexia.** Disponível em: <<https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/7162>>. Acesso em: 19 maio. 2024.

SOFIA, L.; CARVALHAIS, A.; SILVA, C. **Consequências sociais e emocionais da Dislexia de desenvolvimento: um estudo de caso.** Consequências sociais e emocionais da dislexia. Consecuencias sociales y emocionales de la Dislexia de desarrollo. Resumen. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v11n1/v11n1a03.pdf>>. Acesso em: 19 maio. 2024.

SOUSA, A. D; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L.H. **A Pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

NOTA - As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submitted on: 28/12/2025

Accepted on: 12/02/2026

Published on: 27/03/2026